

**IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR
AT 5: Partidos, Representação Política e Opinião Pública
04 -06 de Maio, 2011 - Belo Horizonte - Brasil**

**A conexão estadual:
geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro**

André Borges (UnB)
Alvino Sanches Filho (UFBA)
Carlos Rocha (PUC-MG)

A conexão estadual: geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro

André Borges (UnB) – andrebc@unb.br
Alvino Sanches Filho (UFBA) – sanchesfil@uol.com.br
Carlos Rocha (PUC-MG) – carocha@pucminas.br

1. Introdução

Este trabalho pretende dar conta questões ainda pouco estudadas pela ciência política brasileira, relativas à dimensão territorial da política eleitoral nos estados. O objetivo central é identificar a existência ou não de padrões territoriais regulares na distribuição dos votos nas eleições para as Assembleias Legislativas e Câmara Federal, e determinar em que medida estes padrões se associam ao posicionamento dos partidos com respeito aos governos nacional e estadual. Argumentamos que a definição dos padrões territoriais de votação de deputados e partidos deve acompanhar a clivagem entre governo e oposição na esfera estadual, uma vez que o governador e seu grupo político têm a possibilidade de se valer dos poderes formais e informais do Executivo estadual para mobilizar o eleitorado governista nos municípios pobres. Por outro lado, o posicionamento da situação e da oposição estadual com respeito ao governo federal também afeta as estratégias de construção de coalizões em decorrência do potencial para a competição vertical entre as coalizões estaduais e nacionais.

Esta dinâmica é resultado das características institucionais da democracia brasileira. Em um sistema político caracterizado por Executivos fortes, federalismo “robusto” e partidos fracos na arena eleitoral, os chefes do Executivo assumem papel central na construção e reconstrução das coalizões eleitorais, diferentemente de sistemas onde os partidos são mais institucionalizados. O modelo presidencial adotado na Constituição de 1988 garante ao chefe do Executivo poderes bastante amplos no que tange à formulação e implementação do orçamento, o monopólio da iniciativa legislativa em matérias de ordem administrativa, financeira e tributária, além da capacidade legislar por medidas provisórias (Figueiredo and Limongi, 1999). A Constituição de 1988 também introduziu uma variante de federalismo em que os governos locais e, especialmente, estaduais, detêm a capacidade de implementar um amplo leque de políticas sociais e econômicas, e ainda influenciam, sob diversas formas, a dinâmica eleitoral e partidária (Abrucio, 1998; Arretche, 2007; Mainwaring, 1999; Samuels, 2003).

Em poucas palavras, em um sistema “centrado no Executivo” (*Executive centric*) caracterizado por uma presidência institucionalmente poderosa, governos estaduais fortes e profundas desigualdades regionais, a formação das coalizões eleitorais nas disputas legislativas deverá ser profundamente influenciada pela clivagem entre governo e oposição, tanto no nível estadual quanto federal. Neste trabalho apresentamos evidências em favor deste argumento analisando a geografia do voto dos partidos de oposição e situação em três estados – Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Bahia – entre os anos de 1998 e 2006.

1. Geografia do voto e instituições políticas estaduais: um panorama geral

Em função do controle que exercem sobre vastos e valiosos recursos políticos, os governadores podem influenciar sobremaneira a carreira dos postulantes a cargos eletivos nas Assembléias Legislativas e Câmara dos Deputados. Não se pode esquecer que a capacidade de formulação de políticas públicas pelo Poder Legislativo – seja na esfera nacional seja na esfera estadual – é bastante limitada, em virtude das prerrogativas institucionais que garantem ao chefe do Executivo poderes bastante amplos no que tange à formulação e implementação do orçamento, e o monopólio da iniciativa legislativa em matérias de ordem administrativa, financeira e tributária (Figueiredo, et al., 1999; Figueiredo and Limongi, 2002). A centralidade do Poder Executivo tende a ser ainda maior nos estados relativamente ao nível federal, em virtude do controle exercido pelos governadores sobre o Legislativo e o Judiciário em muitos casos.

A força do regionalismo e do federalismo na democracia brasileira, em conjunção com a predominância do poder Executivo, garante aos governadores dos estados papel chave nas eleições proporcionais. Como observado por Samuels (2000), os governadores atuam como "puxadores" de votos nas eleições para deputado e mesmo os candidatos a deputado federal têm fortes incentivos para associar as suas campanhas à corrida estadual. A associação entre a força eleitoral dos governadores e o desempenho de candidatos a cargos proporcionais tem como um dos seus componentes a capacidade do Executivo estadual de formular e implementar políticas públicas de saúde, educação, infra-estrutura, etc., exercendo controle sobre a nomeação de milhares de cargos e sobre a distribuição de verbas e realização de investimentos nos municípios.

Enquanto o modelo distributivista da conexão eleitoral desenvolvido nos EUA presume que deputados maximizadores de votos irão buscar recursos para os seus distritos através de emendas parlamentares ao orçamento, no caso brasileiro a capacidade do parlamentar individual implementar políticas públicas para atender ao eleitorado irá depender, com frequência, da sua capacidade de influenciar direta ou indiretamente as burocracias do Poder Executivo¹.

Na medida em que o sistema eleitoral brasileiro estabelece os estados como distritos eleitorais para as disputas proporcionais, os deputados procuram, nas suas estratégias de campanha, definir um "mapa" de distritos informais, mais ou menos disperso do ponto de vista espacial, já que não é possível (e nem produtivo) buscar votos em todos os municípios – ainda mais considerando a grande extensão territorial de muitos estados (Ames, 2001; Carvalho, 2003). É justamente no processo de desenho e redesenho do "mapa eleitoral" dos deputados que a atuação do governo do estado na formulação e implementação de políticas públicas deve se mostrar crítica. Garantindo o apoio do Executivo para realizar obras e distribuir cargos em determinados municípios, os deputados podem manter ou mesmo expandir a sua base eleitoral inicial. De forma análoga, o deputado que, por qualquer razão, decidir deixar a base de apoio ao governador corre o risco de ver o Executivo estadual "patrocinar" um candidato alternativo nos seus redutos, deixando que um candidato novato tome o crédito pelas obras realizadas no município (Ames, 2001; Samuels, 2003).

De acordo com o trabalho pioneiro de Ames (2001), existiriam quatro tipos de básicos de distrito informal dos deputados brasileiros, cada um associado a um padrão distinto de distribuição geográfica do voto: distritos concentrados-dominantes, concentrados-compartilhados, fragmentados-dominantes e fragmentados-

¹ Para uma revisão sobre o modelo distributivista, ver Limongi (1994)

compartilhados. A dimensão concentração/fragmentação diz respeito basicamente ao percentual de contribuição dos principais redutos do candidato para a votação total (ex., deputados de votação concentrada recebem uma grande parte dos seus votos de um pequeno número de municípios). Por sua vez, a dimensão dominação/compartilhamento pode ser aferida a partir do percentual de votos válidos obtidos pelo candidato em cada município – deputados dominantes são aqueles que obtêm percentuais de votação elevados nos seus municípios-chave.

Deputados de votação concentrada e dominante são usualmente parlamentares de *reduito*, de orientação paroquial. Este tipo de deputado geralmente domina uma região de municípios geograficamente contíguos, a partir de um município chave onde obtém alta votação. A dominância costuma vir associada a uma trajetória prévia na política local, como é o caso de parlamentares ligados a uma família política com tradição no município, ex-prefeitos e ex-vereadores, etc (Carvalho, 2003; Ames 2001).

Os deputados do tipo fragmentado-dominante apresentam votação dispersa por vários municípios e alto grau de dominância média, o que reflete a sua capacidade de estabelecer redes de apoio e clientela difusas e dissociadas de uma atuação política prévia em regiões específicas do estado. Segundo Ames (2001), é comum este padrão de votação estar associado à “compra” do apoio político de prefeitos e outras lideranças locais através de políticas distributivas. Apesar do parlamentar obter altas votações em determinados municípios, em muitos casos ele não apresenta nenhuma identificação com aquela localidade, retornando aos seus redutos apenas nos momentos pré-eleitorais. Estes são tipicamente parlamentares com passagem por postos burocráticos estaduais com potencial de implementação de políticas distributivas (ex. secretários estaduais de infra-estrutura, educação, saúde, etc.). Isto porque órgãos da administração pública estadual como as Secretarias de Saúde e Educação costumam realizar obras em todas as regiões de um estado, permitindo ao parlamentar que recebe o crédito por estas ações obter uma penetração eleitoral mais difusa geograficamente (Carvalho, 2003).

Já os deputados com votação concentrada-compartilhada são encontrados principalmente nas capitais e grandes centros urbanos. Por conta da grande dimensão dos colégios eleitorais onde obtêm votos, os deputados estão longe de poder dominar esses municípios. Via de regra, são representantes que se reportam a setores de opinião difusos nesses grandes municípios e estariam mais voltados à tomada de posição em relação a temas do que a perseguição de benefícios particularizados (Carvalho, 2003).

Por fim o tipo fragmentado-compartilhado apresenta votação percentual baixa e geograficamente difusa. Estes são parlamentares que conseguem projeção em todo o estado, apresentando, porém, menor dependência de redes locais. A sua base de votação pode ser resultado do prestígio político adquirido com a ocupação de cargos de expressão estadual ou nacional (tanto eletivos quanto administrativos). Segundo a análise de Carvalho (2003) sobre a legislatura federal 1994-1998, cerca de 1/3 destes parlamentares têm passagem por secretarias estaduais, assim como os parlamentares de votação fragmentada e dominante, embora se diferenciem por suas carreiras legislativas mais longevas². Em outros casos, estes deputados podem mobilizar um voto mais ideológico, de caráter religioso ou *issue-oriented* mobilizando minorias difusas em todo o estado (a exemplo de parlamentares ambientalistas ou evangélicos).

Os estudos de Nelson Carvalho e Barry Ames apresentam evidências similares no que diz respeito à menor competitividade eleitoral e fragmentação do voto dos municípios pequenos e de baixo desenvolvimento sócio-econômico, padrão este que se

² Muito provavelmente, estes são representantes já amplamente conhecidos, que lograram difundir o seu nome entre o eleitorado estadual, sedimentando uma base eleitoral razoavelmente estável e menos dependente de intermediários locais.

apresenta invertido nas capitais dos estados e grandes municípios. A votação de tipo dominante é um fenômeno mais comum em municípios de baixa densidade populacional, com altos índices de pobreza e cujas economias são mais dependentes do emprego e do gasto público. A situação de carência extrema do eleitorado e dependência frente ao governo facilita o uso clientelista da máquina pública. Nestas localidades, as lideranças locais apresentam maior capacidade de controle e monitoramento dos eleitores, o que possibilita a “venda” de apoio político em troca de cargos e verbas carregados pelo parlamentar. Nos grandes centros urbanos, a ação política ocorre num ambiente de relativo anonimato, o peso do setor público não é tão significativo e há maior acesso a informação e a bens e serviços básicos (ex. saneamento), o que contribui para reduzir a influência de intermediários locais. A maior heterogeneidade social do eleitorado, por sua vez, induz à fragmentação do voto entre diversos candidatos e partidos.

É interessante notar que o tipo fragmentado-dominante predomina na região Nordeste : 57% dos deputados eleitos em 1994 e 64% dos eleitos em 1998, apresentaram este padrão de votação. No Sudeste, em contraste, para os mesmos anos, estes percentuais foram de 15% e 16% respectivamente. Já no caso da votação do tipo concentrada-compartilhada, são as regiões Sudeste e Norte que apresentam um percentual expressivo, acima da média nacional, de deputados eleitos com base nessa modalidade de conexão eleitoral, 47% e 44%, respectivamente, como média das legislaturas de 1994 e 1998. No Sul predomina o tipo fragmentado-compartilhado com 34% e 29% das ocorrências em 1994 e 1998 respectivamente (Carvalho, 2003, p. 105).

Há também uma clara diferenciação entre os partidos do ponto de vista dos padrões de votação. Do total de deputados do PMDB, 52% se encaixavam na categoria fragmentado-dominante e 19% na categoria fragmentado-compartilhado; os percentuais para o PFL eram 49% e 16% respectivamente. Por sua vez, o PT não tinha nenhum deputado com votação do tipo fragmentado-dominante em 1998; na categoria fragmentado-compartilhado, encontravam-se 16% dos deputados do partido. O tipo concentrado-dominante predominava na delegação do PT, chegando a 61% do total em 1998, o que revela o grande peso do voto urbano e metropolitano na votação do partido (Carvalho, 2003, p. 107).

Para Carvalho (2003), os dados permitem diferenciar os grandes partidos políticos em dois blocos bem definidos, um caracterizado pela predominância ou maior peso relativo do padrão de votação concentrado-compartilhado e outro marcado pela presença majoritária de deputados de votação fragmentada-dominante. No primeiro bloco estariam partidos de orientação mais ideológica, caso do PT, à esquerda, ou do PPB, à direita³. O segundo tipo seria característico de partidos *catch-all* como o PMDB e PFL. Neste trabalho, procuramos demonstrar que estas diferenças não refletem tão somente fatores como a organização interna e grau de programatismo e coerência ideológica do partido, mas também e principalmente, o posicionamento dos partidos com respeito aos governos estadual e federal (situação ou oposição) e, em decorrência, a capacidade destes de obter acesso a cargos e recursos controlados pelo Poder Executivo.

De fato, o PFL e o PDMB apresentam percentuais bastante elevados de deputados com passagem por altos postos do Executivo estadual. O estudo de Rodrigues (2002) sobre a composição social da legislatura federal eleita em 1998 indicou uma proporção de deputados que iniciaram a carreira na alta administração pública estadual em torno de 9% para o conjunto da legislatura. No entanto, estes valores eram bem mais elevados para o PMDB (15.7% do total) e PFL (11%), em contraponto ao PT (1.7%) e

³ Vale ressaltar, no entanto, que o PPB apresenta perfil mais heterogêneo do que o PT do ponto de vista da distribuição dos padrões de votação dos seus deputados.

PSDB (6%). Neste sentido, a maior presença de deputados com votação do tipo fragmentado-dominante, normalmente associada a políticas distributivas implementadas de forma difusa no território estadual, se explicaria parcialmente pelo peso relativo dos "deputados-burocratas" nestes partidos. Por sua maior longevidade enquanto herdeiros diretos das organizações políticas criadas pelo regime autoritário, o PMDB e o PFL estiveram por mais tempo à frente de governos estaduais, obtendo assim maior acesso aos altos postos da administração nesta esfera.

3 – Competição vertical e geografia do voto no presidencialismo brasileiro

Os padrões de territoriais de votação do PMDB e do PFL não refletem apenas a capacidade destes de construir uma sólida base regional, organizada em torno dos governos dos estados. Há que se notar também o importante papel desempenhado por estes partidos nas coalizões nacionais formadas desde a transição à democracia. Entre 1985 e 2002, com raras (e breves) exceções, estas duas organizações participaram de todas as coalizões formadas pelos presidentes, o que lhes garantiu acesso privilegiado a cargos e verbas federais. Por sua vez, o PT, partido que apresentava os padrões de votação mais contrastantes com relação ao PMDB e ao PFL em 1998, permaneceu na oposição durante todo o período que antecede a eleição de Lula em 2002. Estes aspectos revelam a importância de dimensão vertical da competição partidária no entendimento da formação das coalizões eleitorais.

Em democracias federais, os governos subnacionais precisam lidar não apenas com a competição horizontal (entre partidos), mas também com a ameaça da competição vertical (entre esferas de governo). Isto é, o governo central e os governos subnacionais competem por um mesmo *pool* de eleitores ao ofertar serviços similares em um dado território. Ao buscar o apoio do eleitorado por meio de políticas de gasto social, por exemplo, os governos estaduais ou locais competem com políticas similares ofertadas pelo governo federal (Migué, 1997).

Quando o governador pertence a um partido de oposição à coalizão nacional, os presidentes podem tirar vantagem do seu controle sobre determinadas políticas sociais e cargos de livre nomeação para ajudar os candidatos do seu partido ou coalizão nas eleições estaduais. Isto implica dizer que a influência do governador e seu grupo político sobre o desempenho dos postulantes a cargos legislativos pode ser menos significativa numa situação em que a oposição local conta com o apoio da máquina do governo federal. Analogamente, em momentos marcados pela coincidência entre as coalizões nacional e estadual, as forças de oposição ao governador estariam em situação de maior fragilidade, pela impossibilidade de obter acesso aos recursos políticos controlados pelos Executivos estadual e federal.

No Brasil os efeitos da competição vertical se intensificam por conta do caráter "constituency diluting" da competição partidária nacional. Em uma análise estatística recente sobre as eleições presidenciais no Brasil desde 1989, Zucco (2008) demonstrou a existência de uma forte tendência do eleitorado das regiões mais pobres em votar nos candidatos do governo, independente de quem seja o candidato e da sua ideologia. A partir de dados ecológicos e de survey, Zucco (2008) demonstra que os padrões de votação em eleições presidenciais do PSDB e do PT na oposição e no governo foram basicamente os mesmos. Enquanto na oposição, os dois partidos obtiveram melhor desempenho nas cidades mais desenvolvidas, mais populosas e com melhores indicadores sociais. Uma vez no governo, os padrões se invertem, e a votação nas eleições presidenciais aparece associada positivamente a fatores como pobreza e negativamente com relação ao IDH.

Em outro trabalho, Zucco (2010) argumenta persuasivamente que a ideologia não é a força que explica os padrões territoriais de votação dos candidatos governistas. O mais provável é que os eleitores, e especialmente, os eleitores pobres, estejam respondendo à provisão de benefícios tangíveis, seja diretamente na forma transferências governamentais, ou indiretamente uma vez que programas e projetos federais são utilizados para obter o apoio e a capacidade de mobilização das lideranças políticas locais. Conclui-se assim que o sistema político brasileiro cria incentivos para que os presidentes busquem mobilizar o mesmo grupo de eleitores, independente de quais sejam as suas “constituencies” originais. Os mesmos partidos mobilizam coalizões eleitorais distintas enquanto na oposição e à frente do governo nacional, o que revela o caráter “constituency diluting” da nossa democracia (Zucco, 2010, p. 19-20)⁴.

Por conta destes aspectos, a natureza e os efeitos da competição vertical sobre a formação de coalizões eleitorais nos pleitos legislativos devem variar em função das características sócio-econômicas e políticas dos estados. Nos estados menos desenvolvidos, onde é maior a dependência das elites políticas frente ao governo federal, o posicionamento dos partidos estaduais com respeito à coalizão nacional irá determinar, em boa medida, a capacidade destes de mobilizar as coalizões periféricas, nos municípios mais pobres e dependentes de verbas. Os governadores destes estados estão em piores condições para enfrentar uma coalizão de oposição apoiada pelo presidente nas eleições estaduais, dado o peso do eleitorado pobre em relação ao total, e a maior dependência do estado frente às transferências federais. Assim, os custos de permanecer na oposição ao governo central são elevados para os deputados aliados ao governador. Da mesma forma, quando o partido do governador participa da coalizão nacional, os deputados de oposição correm o risco de perder o acesso a valiosos recursos políticos, utilizados para mobilizar o eleitorado governista.

Esta dinâmica nos ajuda a entender porque as representações estaduais do PMDB e do PFL lograram construir sólidas máquinas políticas em alguns estados do Norte e Nordeste, barrando a ascensão de forças oposicionistas à esquerda do espectro ideológico, até muito recentemente. Em muitos destes estados, a oposição de esquerda foi virtualmente excluída do acesso aos recursos de patronagem controlados pelo governo estadual e federal, ficando o seu poder de mobilização e contestação restrito, na prática, às áreas mais urbanizadas e populosas.

Mais recentemente, com a ascensão de Lula à presidência, o PT e outros partidos de esquerda ganharam acesso a ministérios e verbas federais anteriormente monopolizados por seus adversários de centro-direita nos estados mais pobres e de menor competitividade eleitoral. Assim, as forças de esquerda apresentaram extraordinário crescimento em estados do Norte e Nordeste que até então eram verdadeiras fortalezas políticas sob controle de algumas poucas famílias e lideranças de extração conservadora (Borges, 2011; Montero, 2009).

Nos estados mais ricos, a autonomia dos governadores frente à coalizão nacional tende a ser maior, uma vez que estes contam com mais recursos para competir com as iniciativas de política pública do nível federal. Aliados a fatores demográficos, como o maior peso do eleitorado urbano e de classe média, estes aspectos podem, em algumas circunstâncias, possibilitar ao governador mobilizar o voto de oposição ao presidente, e ainda manter o apoio de parte das coalizões periféricas.

Considerando o caráter multipartidário do presidencialismo brasileiro é de se esperar que haja diferenças significativas no posicionamento dos partidos frente aos

⁴ Pressupomos que o mesmo se aplica às eleições para governador. Uma vez que o partido passa da oposição à situação (ou vice-versa), mudam os padrões de votação tanto nas eleições majoritárias quanto proporcionais.

governos nacional e estadual. Por exemplo, não é incomum partidos que são aliados no nível nacional serem adversários na esfera estadual. Neste trabalho, analisamos o posicionamento do partido do governador eleito e do principal partido de oposição (2º colocado na última eleição para o Executivo estadual). Assumindo uma dicotomia simples entre situação-oposição no nível federal e estadual, é possível obter a seguinte tabela 4x4:

Quadro 1: Matriz de posicionamento dos partidos frente aos governos estadual e federal

governo federal	Governo estadual	
	Situação	oposição
situação	I	III
oposição	II	IV

Do ponto de vista hipotético, numa situação em que os principais partidos competidores na arena estadual se localizam nos quadrantes I e IV, deveríamos esperar uma significativa segmentação territorial do voto. O partido que monopoliza o acesso a verbas e cargos federais e estaduais (I) deve desenvolver ao longo do tempo, padrão de votação concentrado nas localidades menos populosas e de menor desenvolvimento sócio-econômico, dada a sua maior capacidade de mobilizar o eleitorado governista. Também supomos que o partido na situação I tenderá a apresentar um padrão de votação caracterizado por índices de dominância e fragmentação elevados. O partido na situação IV por sua vez, deve ser mais bem sucedido na mobilização do eleitorado das regiões e localidades mais populosas e mais desenvolvidas. Além disso, o seu padrão de votação tende a se aproximar ao tipo concentrado-compartilhado, típico de partidos com bases urbanas e metropolitanas.

A contraposição entre partidos situados nos quadrantes II e III representa a clássica situação de competição vertical. De um lado, o presidente apóia o partido oposicionista na arena estadual. Do outro, o governador pertence a um partido de oposição ao presidente. Hipoteticamente, é de se esperar que haja uma divisão do eleitorado governista, residente nas localidades mais pobres, entre os dois partidos. Neste caso, os padrões de votação devem ser menos claramente segmentados. Especialmente no caso de uma mudança do partido de oposição ao governador do quadrante IV para o quadrante III, e do partido governista de I para II, é de se esperar que as forças oposicionistas consigam tirar votos da coalizão governista previamente mobilizada pelo partido em I.

De modo mais geral, acreditamos que a mudança na situação do partido do quadrante IV para um dos demais quadrantes deve levar a uma maior interiorização do voto e crescimento em áreas com maiores índices de pobreza e dependência frente ao governo. Esta tendência deverá ser mais forte no caso de uma transição do quadrante IV para o quadrante I, uma vez que o partido passará a contar com os recursos do Executivo estadual e federal.

4 – Os índices de dominância e fragmentação e sua aplicação à análise da votação dos partidos

As dimensões de dominância e fragmentação originalmente desenvolvidas por Ames (2001) foram operacionalizadas e aplicadas à análise da votação de deputados individuais. Este trabalho inova ao utilizar medidas de dominância e fragmentação para

analisar a evolução dos padrões de votação dos *partidos políticos* – e não mais de candidatos tomados individualmente – nas eleições proporcionais⁵. Na medida em que a votação no sistema de lista aberta adotado no Brasil é, em boa medida, resultado da soma das votações dos deputados individuais, é razoável supor que haja alguma correspondência entre os padrões de votação do deputado “típico” ou mediano do partido, e a votação agregada da legenda. No entanto, alguns dos pressupostos utilizados na análise de Ames (2001) para os deputados tomados individualmente não são válidos para os partidos como um todo, o que requer a utilização de um terceiro indicador, a ser explicado brevemente nesta seção, para dar conta da geografia do voto.

O índice de dominância pode ser calculado pela fórmula $\sum (V_i \times C_i) / 100$ ($i = 1 \dots N$), sendo V_i a votação no município (% de votos válidos), C_i a contribuição do município i à votação total do partido, e N o total de municípios no distrito eleitoral (estado). Um alto índice de dominância indica que os municípios mais importantes para o partido (do ponto de vista da contribuição à votação total) se caracterizam por votações médias elevadas.

Para dar conta do grau de fragmentação/dispersão de votos adotamos, seguindo Carvalho (2003), o índice de Rae invertido, muito usado como medida de fragmentação das cadeiras entre os partidos com representação no Congresso. A fórmula pode ser utilizada também como medida de dispersão/concentração dos votos do partido entre os municípios do estado⁶. Este indicador nos dá uma idéia aproximada do número de municípios de votação *efetiva* do partido (Carvalho, 2003).

O índice de fragmentação apresenta, no entanto, algumas limitações no que diz respeito à análise da votação de partidos. Isto porque muito embora alguns deputados busquem, de forma estratégica, restringir a campanha a um pequeno número de municípios ou a determinada região do estado, a agregação dos “mapas eleitorais” de cada um destes deputados – que resulta na votação global do partido – tende a produzir um mapa mais fragmentado do que cada padrão de votação tomado individualmente⁷. Uma das implicações deste fato é que por vezes o índice de fragmentação, quando usado para análise da votação de partidos pode não retratar de forma acurada a importância dos redutos do partido, especialmente quando realizamos comparações ao longo do tempo. Ilustramos este ponto com dados da votação do PFL nas votações para deputado federal no estado do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1998 e 2006. A tabela abaixo aponta os índices de dominância e fragmentação para cada ano, assim como o percentual de votos válidos obtidos no estado:

Tabela1: Rio Grande do Norte – Votação (%), dominância e fragmentação do PFL nas eleições para a Câmara Federal, 1998-2006

⁵ Utilizamos como fonte principal o banco de dados IPEADATA (www.ipeadata.gov.br) que traz informações sobre a votação agregada dos partidos brasileiros nas eleições proporcionais desde 1994.

⁶ A fórmula é dada por $1 / (\sum C_i^2)$ ($i = 1 \dots N$), sendo C_i a contribuição do município i a votação total do partido no estado.

⁷ É importante notar, entretanto, que o nosso objetivo não é usar os padrões de votação dos partidos políticos para fazer inferências sobre padrões de votação individual. A intenção aqui é tomar os partidos como unidades de análise e buscar compreender as mudanças/continuidades na geografia do voto ao longo do tempo.

	% votos	Dominância	Fragmentação
1998	24.85	30.49	11.72
2002	19.75	26.50	17.59
2006	13.57	22.90	16.78

Como se vê na tabela, entre 1998 e 2006 o PFL apresentou rápido e consistente declínio nas eleições para Câmara Federal o que se refletiu nos seus índices de dominância médios. O aumento da fragmentação sugere que o partido perdeu votos de forma difusa no estado. Esta hipótese é confirmada pelos mapas eleitorais (ver anexo do trabalho). Entretanto, quando verificamos a contribuição dos 20 municípios de maior votação percentual à votação total entre 1998 e 2006, é possível observar um aumento da concentração: este grupo de municípios contribuiu com 12% dos votos em 1998, 13% em 2002 e 33% em 2006.

A maior importância dos municípios de alta dominância (em que pese a queda do índice de dominância médio) pode ser mensurada em termos da razão entre a dominância e a votação percentual no estado, que aqui denominamos de “razão de dominância”. Em tese, se a votação do partido fosse uniformemente distribuída por todo estado, de modo que a contribuição de cada município à votação total do partido fosse idêntica à distribuição dos votos válidos, o índice de dominância e a votação percentual se igualariam, e a razão de dominância seria igual a 1. Quando a razão é alta (i.e. a dominância é bem maior do que a votação global no estado) isso significa que há uma maior distância entre a votação do partido nos seus redutos e a votação nos municípios abaixo ou dentro da média. Com isso é de se esperar que a contribuição dos municípios de votação elevada à votação total se amplie. A tabela abaixo demonstra este efeito. Em 1998 a razão entre a dominância e a votação total era de 1.23, mas em 2006 já chegava a 1.69:

Tabela 2: Rio Grande do Norte – Votação (%), dominância, razão de dominância e contribuição percentual dos municípios de maior votação do PFL nas eleições para a Câmara Federal, 1998-2006

	% votos (A)	Dominância (B)	(B) / (A)	cont. (%) dos mun. de maior votação (1-20)
1998	24.85	30.49	1.23	11.75
2002	19.75	26.50	1.34	14.51
2006	13.57	22.90	1.69	33.16

Os mapas eleitorais (figuras 1 e 2 do anexo) demonstram que entre 1998 e 2006 o partido perdeu votos em praticamente todas as regiões do estado, porém essas perdas foram menos significativas em redutos tradicionais como a região de Mossoró – segundo maior município do Rio Grande do Norte – e em algumas localidades do extremo oeste, região conhecida como “tromba do elefante”⁸. Como resultado das tendências de perda difusa de apoio do PFL fora das áreas de reduto, a sua votação

⁸ O grupo político liderado pelo senador José Agripino Maia, que controla o PFL no estado, tem raízes na região de Mossoró e no extremo oeste, onde possui ligações políticas e de parentesco com as oligarquias locais.

global tornou-se mais dependente dos municípios de alta votação, tendência que é capturada pela razão de dominância.

É importante observar que não há uma relação direta (ou inversa) entre este último indicador e a fragmentação. Hipoteticamente, é possível observar uma situação em que a fragmentação cresce e a razão de dominância também se amplia, mas também o oposto: queda da fragmentação e aumento da razão de dominância. Isto porque a razão de dominância incorpora as duas dimensões – fragmentação e dominação. Este ponto ficará mais claro na análise empírica, nas seções a seguir.

5- Análise dos casos

Neste trabalho, analisamos os padrões de votação dos principais partidos de oposição e situação nas eleições para a Câmara Federal em três estados, sendo dois da região Nordeste (Bahia e Rio Grande do Norte) e um da região Sudeste (Minas Gerais). Ainda que não representativa da federação brasileira, esta seleção de casos permitiu à pesquisa dar conta, em alguma medida, do impacto das diferenças sociais, econômicas e demográficas entre as regiões/estados sobre a arena eleitoral. Como mostra a tabela abaixo, o estado de Minas apresentava indicadores sociais e econômicos bastante superiores aos dos estados do Nordeste.

Tabela 3: Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte: Indicadores de desenvolvimento social e econômico selecionados

	População rural ("%)	PIB per capita	Pobreza (%)
Bahia	32.88	3682	55.32
Minas Gerais	18.00	5923	29.77
Rio Grande do Norte	26.65	3340	50.63

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000; IBGE – Contas Regionais 2003

A seleção de casos também possibilitou observar os padrões de votação de um conjunto variado de partidos do ponto de vista das orientações ideológicas, incluindo partidos de esquerda (PSB e PT), centro (PSDB e PMDB) e direita (PFL). Alguns destes partidos estavam presentes em coalizões governativas ou na condição de líderes de coalizões opositoras em mais de um estado, o que também abriu espaço para comparações entre os casos. A seleção dos partidos foi feita levando-se em conta um critério simples: foram incluídos todos os partidos que governaram o estado pelo menos uma vez ou lograram obter a 2ª maior votação nas eleições para governador uma ou mais vezes no período em análise (1998-2006). Em cada eleição, o partido do governador em exercício foi considerado situação estadual e os demais partidos relevantes (caso não tivessem participado da coalizão do governador, ocupando cargos de alto escalão), como membros da oposição. Os partidos presidenciais ou membros da coalizão do presidente foram classificados como situação no plano federal, e os demais, como oposição. A partir destes critérios, classificamos os partidos em cada estado dentro da matriz situação-oposição, agrupando os dados para análise.

5.1 – O caso do Rio Grande do Norte

Desde o final do regime militar e até o início dos anos 2000, a política potiguar foi marcada pela hegemonia de duas famílias políticas rivais: os Maia e os Alves. A família

Maia ganhou importância no cenário estadual após a nomeação do deputado federal Tarcízio Maia como governador pela ARENA em 1975. Graças aos seus vínculos com lideranças influentes na cúpula do regime autoritário, o governador conseguiu rapidamente tomar conta da máquina da ARENA no Rio Grande do Norte, garantindo a ascensão de familiares a postos chave na política estadual: o sobrinho, Lavoisier Maia, nomeado governador em 1978, e o filho, José Agripino Maia, indicado prefeito de Natal em 1979. Após o retorno a democracia, os Maia passaram a controlar a seção estadual do PFL, estendendo a sua influência a outras famílias e partidos de extração conservadora.

Os Alves têm origens mais antigas na política potiguar. O patriarca do clã, Aluizio, era um jornalista e empresário que havia sido eleito governador do estado em 1962, após uma administração de forte apelo popular à frente da prefeitura de Natal. Diferentemente dos Maia, cujas bases eleitorais eram mais interioranas e concentradas no oeste do estado, os Alves tinham boa penetração na capital e região metropolitana, embora também contassem com o apoio de redes clientelistas locais espalhadas pelo estado. Ao longo do regime militar o grupo perdeu influência ao entrar para o MDB, partido que possuía pouca expressão eleitoral no Rio Grande Norte. Porém, após o retorno a democracia, os Alves ganharam força com a organização do PMDB local e nacional, passando a polarizar as disputas eleitorais com os Maia. Durante as décadas 80 e 90, as famílias Maia e Alves consolidaram suas posições como forças dominantes na política potiguar. José Agripino Maia foi eleito governador em 1982 e 1990, enquanto os Alves foram vitoriosos nas eleições para governador em 1986, 1994 e 1998.

Mais recentemente, o domínio das duas famílias foi abalado pela ascensão política de Vilma Faria (PSB), eleita governadora em 2002 e 2006. A principal liderança do PSB no estado ganhou fôlego para disputar o Executivo estadual após três mandatos bem avaliados à frente da prefeitura da capital do estado (1988-1992; 1996-2000; 2001-2002). Inicialmente um partido inexpressivo fora da capital e região metropolitana, o PSB cresceu rapidamente ao longo do primeiro mandato de Vilma Faria, ocupando espaços previamente dominados pelo PMDB e pelo PFL. A governadora estabeleceu, desde a campanha de 2002, aliança com o presidente Lula, o que lhe garantiu dividendos eleitorais e apoio do governo nacional às suas ambições políticas. Com as mudanças no cenário político estadual e nacional, os Maia e os Alves experimentaram rápida decadência eleitoral, perdendo a influência sobre outras famílias e grupos locais que se mostraram ávidos para apoiar as novas forças governistas.

A tabela abaixo mostra a evolução da votação dos principais partidos – PFL, PMDB e PSB – nas eleições para deputado estadual e federal.

Tabela 4: Rio Grande do Norte - Votação para deputado federal (PSB, PMDB e PFL), 1998-2006

	PSB	PMDB	PFL
1998	-	37.88	24.85
2002	1.24	27.66	19.75
2006	20.89	15.54	13.57

Como se vê na tabela, o PSB experimentou, entre os anos de 2002 e 2006, crescimento meteórico, passando de cerca de 1% dos votos válidos para 21% em 2006. Este movimento é compreensível tendo em vista a passagem do campo da oposição aos

governos federal e estadual (quadrante IV), para a situação nas duas esferas (quadrante I). Por outro lado, o PMDB e o PFL tiveram expressiva perda de votos no período em análise. Se em 1998 os dois partidos chegaram a somar 63% do total de votos válidos, em 2006 este percentual já havia se reduzido a pouco menos da metade (29%).

Apresentamos abaixo tabelas de correlação para a votação dos partidos no nível municipal, segundo o IDH (índice de desenvolvimento humano), percentual da população pobre e população rural, e distância à capital. Incluímos também um indicador de dependência do município com respeito à atividade governamental, obtido por meio do cálculo da participação da administração pública no PIB (*PIB.adm (%)*)⁹. Os resultados foram agrupados segundo a classificação dos partidos na matriz situação/oposição.

Tabela 5: Rio Grande do Norte – Correlações para as votações dos principais partidos de situação e oposição (indicadores sócio-econômicos e demográficos selecionados), 1998-2006

	população	pop. rural (%)	IDH	pobreza (%)	PIB.adm (%)	distância
Quadrante I						
PMDB 1998	0.002	0.028	-0.111	0.113	-0.004	0.179(*)
PMDB 2002	-0.004	-0.057	0.102	-0.155(*)	-0.128	0.133
PSB 2006	0.140	-0.047	0.055	-0.052	-.242(**)	-0.046
Quadrante III						
PFL 1998	-0.095	-0.041	-0.154(*)	0.206(**)	0.141	0.291(**)
PFL 2002	-0.091	-0.198(*)	0.08	-0.07	-0.06	0.246(**)
PMDB 2006	-0.018	-0.026	-0.044	0.031	0.072	-0.267(**)
Quadrante IV						
PSB 2002	0.403(**)	0.112	-0.025	-0.042	-0.233(**)	-0.574(**)
PFL 2006	-0.12	-0.114	0.004	0.051	0.015	0.285(**)

(*) $p < 0.05$

(**) $p < 0.01$

Dois aspectos chamam a atenção na tabela. Primeiro, há certa estabilidade nos padrões de votação do PFL. Em todos os anos, a votação do partido aparece positivamente correlacionada à variável que indica a distância entre o município e a capital estadual (distância). Muito provavelmente esta estabilidade reflete a força eleitoral do partido na região oeste do estado, onde se encontram as localidades mais longínquas com relação ao litoral. As correlações para o PMDB apresentam variação mais significativa no período, o que parece indicar uma maior capacidade deste partido de mobilizar o eleitorado metropolitano em relação ao PFL. Enquanto na situação I, a votação do PMDB aparecia positivamente correlacionada com a distância, indicando maior interiorização do voto. Já em 2006, na oposição ao governo estadual, o sinal da correlação se inverte, sugerindo uma melhor performance na capital e municípios metropolitanos. É nítido ainda o contraste entre o PSB em 2002 – correlações elevadas para distância e população, indicando concentração de votos na região metropolitana de Natal – e o PSB em 2006, uma vez que as correlações se tornam bem mais fracas. Em ambos os anos, porém, há uma correlação negativa entre a votação do partido e o indicador de participação da administração pública no PIB local, o que sugere a

⁹ Todos os dados são relativos ao Censo 2000 e foram obtidos através do aplicativo Atlas do Desenvolvimento Humano, com exceção dos dados de composição do PIB municipal e distância à capital estadual. Nos dois casos, recorreu-se ao banco de dados IPEADATA (www.ipeadata.gov.br).

persistência de uma maior força relativa nas localidades de maior dinamismo econômico.

De modo geral, a ausência de padrões estáveis de votação para o PSB e o PMDB sugere certo compartilhamento de bases eleitorais entre estes, em congruência à hipótese de Zucco (2010) sobre o caráter “constituency diluting” da competição partidária. Sintomaticamente, a correlação entre a votação do PSB em 2006 e do PMDB em 1998 (anos em que o governador concorreu à reeleição e foi vitorioso) é de 0.184 ($p < 0.01$). Já o PFL, partido que permaneceu na oposição ao governo estadual durante quase todo o período, apresenta-se como um típico partido bases interioranas, com fraca penetração relativa na capital e maiores municípios do estado (à exceção de Mossoró, berço político da família Rosado, tradicional aliada dos Maia).

A tabela a seguir apresenta os índices de dominância, fragmentação e razão de dominância para os três partidos, também agrupados de acordo com os quadrantes da matriz situação/ oposição:

Tabela 6: Rio Grande Norte: Índices de dominância, fragmentação e razão de dominância (PSB, PMDB e PFL), 1998-2006

	Partido / Ano			Média
	PSB 2006	PMDB 2002	PMDB 1998	
Quadrante I				
Dominância	28.29	33.35	42.96	34.87
Fragmentação	6.75	18.92	16.69	14.12
Dom. / Votação (%)	1.35	1.20	1.13	1.23
Quadrante III	PFL 2002	PFL 1998	PMDB 2006	Média
Dominância	26.50	30.49	20.80	25.93
Fragmentação	17.59	11.72	14.68	14.66
Dom. / Votação (%)	1.34	1.23	1.34	1.30
Quadrante IV	PSB 2002	PFL 2006		Média
Dominância	1.81	22.90		12.36
Fragmentação	4.59	16.78		10.68
Dom. / Votação (%)	1.46	1.69		1.58

Como se vê na tabela, os partidos localizados no quadrante I (situação com respeito ao governo estadual e federal) apresentam, em média, índices de dominância mais elevados e uma razão de dominância mais baixa (o que indica menor contribuição dos municípios de votação alta à votação total e, portanto, maior dispersão dos votos). Não há diferenças tão claras com respeito ao indicador de fragmentação, porém é preciso notar que as médias calculadas para os partidos no quadrante I são puxadas para baixo pelo PSB, partido cuja votação anteriormente a 2006 apresentava fortíssima concentração na região metropolitana de Natal. A combinação destes indicadores sugere, assim, uma tendência ao predomínio do tipo de votação fragmentado-dominante no quadrante I, exatamente como previsto por nosso argumento relativo aos efeitos do acesso privilegiado dos partidos a cargos e recursos controlados pelos Executivos estadual e federal.

É também digna de nota a tendência crescente da razão de dominância para o PMDB e para o PFL. Considerando a queda concomitante da dominância média (e da votação total), isto sugere uma paulatina fragilização das bases eleitorais destes partidos, o que por sua vez contribui para ampliar a importância das áreas de reduto para

a votação total. No caso do PMDB, os 20 municípios de maior votação que em 1998 respondiam por apenas 9% da votação total, em 2006 já correspondiam a 17%.

As mudanças nos padrões de votação PSB no período 2002-2006 foram especialmente rápidas e intensas. Em 2002, o partido apresentava votação fortemente concentrada: os 20 municípios de maior votação respondiam por 71% da votação total (sendo que as cidades da RM Natal contribuíram com 64% do total de votos válidos)¹⁰. Ao mesmo tempo, o partido apresentava baixíssimo índice de dominância, o que indica uma votação de tipo compartilhada-concentrada, típica de partidos de base metropolitana. O PSB obteve votação superior a 1.5% da votação válida em apenas vinte municípios. Em 2006, o índice de fragmentação se ampliou, ao passo que a razão de dominância experimentou leve queda, indicando maior dispersão e interiorização do voto. A contribuição da RM Natal para a votação total caiu de 64% para 53%. O índice de dominância cresceu exponencialmente, o que sugere a anexação de “territórios governistas” à base metropolitana tradicional do partido, de caráter compartilhado.

5.2 - O caso da Bahia

A escolha do caso da Bahia se deve ao fato deste estado estar caracterizado na literatura como um exemplo paradigmático da política oligárquica e clientelista na esfera estadual.¹¹ Ao longo de 20 anos praticamente ininterruptos entre 1982 e 2006 (com exceção de uma breve experiência oposicionista entre 1986 e 1990) uma mesma coalizão de partidos de direita, tendo à frente o PFL (atualmente, DEM), estabeleceu ampla hegemonia eleitoral no estado. No entanto, o crescimento de forças de oposição de esquerda nas últimas eleições, lideradas pelo PT, culminou na vitória (inesperada) deste partido nas eleições de 2006. Embora suas implicações ainda não estejam claras, o recente realinhamento eleitoral certamente levanta questões significativas quanto à natureza do processo político-eleitoral nos estados brasileiros e, especialmente, em estados tidos como marcadamente “clientelistas”.

O resultado das eleições de 2006 na Bahia surpreendeu mesmo os eleitores mais entusiastas da candidatura de Jaques Wagner (PT) ao governo. Após anos de dominação política, o grupo comandado pelo falecido senador Antônio Carlos Magalhães (ACM) acabou derrotado nas urnas ainda no primeiro turno eleitoral, encerrando um ciclo no Executivo estadual baiano que se iniciou no governo burocrático militar e se estendeu até o período de redemocratização do país. O domínio do grupo carlista¹² no governo do Estado sofreu poucos revezes eleitorais no período pós-autoritário, com única exceção do governo oposicionista de Waldir Pires (PMDB) na eleição de 1986. Pires foi o Procurador Geral da República durante o governo João Goulart (1962/64) e principal liderança política da Bahia no exílio. Na eleição para o governo do Estado em 1986, derrotou o candidato de ACM, Josaphat Marinho (PFL), outrora socialista, com 1,5

¹⁰ A desproporção entre o peso da região metropolitana de Natal com respeito ao eleitorado e sua contribuição à votação do partido é significativa, pois segundo dados do TSE, em 2002 a RM respondia por cerca de 45% do eleitorado estadual.

¹¹ Na tipologia desenvolvida por Desposato (2001), por exemplo, a Bahia é classificada como um sistema político em que os políticos e eleitores são basicamente motivados por bens privados (i.e., benefícios particularistas em oposição a políticas públicas universalistas).

¹² A longa presença de Antônio Carlos Magalhães (ACM) na vida política da Bahia gerou a palavra *carlista* para denominar seus seguidores e seu grupo político, assim como *anti-carlistas* seriam seus opositores políticos. O rótulo de *carlista* significava, nos seus primórdios, completa fidelidade de seus jovens seguidores, fazendo dos *carlistas* um grupo homogêneo e coeso em torno de um líder. Entretanto, *carlistas* e *carlismo*, embora tenham a mesma gênese, não são sinônimos. Carlismo é um modo de governar, de administrar, de fazer política e de escolher políticas públicas. É um modo de atuar que não se restringe ao seu líder político, mas adotado por todos os seus participantes, Souza (1997) e Dantas Neto (2004).

milhão de votos de frente, pondo fim a uma dominância ininterrupta do grupo *carlista* que já perdurava desde 1978.

A partir do hiato representado pelo governo de Waldir Pires, a supremacia do grupo foi retomada com a eleição de ACM para o governo do Estado em 1990, e sua hegemonia se estabeleceu a partir de sucessivas vitórias para o governo estadual da Bahia. Das quatro eleições para o governo estadual realizadas desde 1990, o grupo comandado por ACM ganhou todas, sendo que três ainda no primeiro turno (1990/98/2002). No tocante às eleições municipais, o domínio não foi diferente. No pleito de 1996, o grupo conquistou 75% do total de prefeituras, elegendo perto de 300 prefeitos, ganhando, inclusive, na capital, Salvador. Nas eleições de 2000 o fato se repetiu, tendo o *carlismo* conquistando 312 prefeituras, número que foi ampliado posteriormente para 363 através do *adesismo*, aumentando o patamar do grupo para mais de 80% das prefeituras. Para as eleições de 2004, o grupo manteve sua hegemonia, ganhando em 335 cidades, apesar do crescimento da oposição [principalmente PT e PSDB] que conquistou aproximadamente 70 prefeituras.

Segundo Souza (1997) e Dantas Neto (2002), na Bahia as elites que estiveram no poder durante o período militar, apoiando-o, fincaram bases capazes de desenvolver uma organização partidária de grande poder eleitoral que se consolidou, sobrevivendo à competição democrática. O poder e a influência de ACM se ampliaram conferindo-lhe força para se tornar uma liderança nacional, repercutindo no campo estadual de maneira que ACM e seus aliados se valeram da alocação estratégica de cargos e verbas, agregando forças e submetendo grupos oposicionistas no estado e nos municípios ao seu mandonato. Assim, “(...) ao final dos anos 1990, a oposição havia sido praticamente dizimada: o grupo carlista detinha o suporte de quase 90% das 417 prefeituras do estado e 75% dos deputados na Assembléia Legislativa.” (BORGES, 2010, p.177).

A gradual derrocada do grupo carlista coincide com sua posição situacional no cenário político nacional. O auge eleitoral deste grupo combina com os oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com o qual ACM mantinha boa relação, servindo de elo na aliança nacional PSDB-PFL. Seu declínio, iniciado com o escândalo do painel em 2001, tem sua desestabilização confirmada a partir de 2002, coincidindo com a vitória do presidente Lula (PT). O PT baiano, que ao longo da década de 90, emerge como “*oposição natural*” do grupo carlista, em 2002, com a vitória de Lula, ganha força regional, com expressiva votação representando perigo para o grupo carlista. Em 2006, ainda no primeiro turno, as eleições são definidas com a vitória do candidato do PT, Jaques Wagner, através de uma forte política de alianças com os partidos à esquerda PSB, PDT e PPS, também com o PMDB e ex-carlistas do PTB.

A tabela abaixo mostra a evolução da votação do PT e do PFL nas eleições para Câmara Federal entre 1998 e 2006. Ao longo do período, o PFL apresentou perdas expressivas na sua votação, embora tenha permanecido à frente da maior bancada do estado na Câmara. Apesar de eleger o governador em 2006, o PT não chegou a obter crescimento expressivo, mantendo os percentuais obtidos em 2002.

Tabela 7: Bahia - Votação para deputado federal (PT e PFL), 1998-2006

	PT	PFL
1998	13.9	47.2
2002	19.3	41.8
2006	19.7	34.8

A surpreendente vitória do PT ainda no primeiro turno das eleições para governador em 2006 decorreu da conjunção de fatores os quais orientam o olhar para variáveis situadas além do jogo político partidário estadual. Essa é a avaliação de Dantas Neto (2010) para quem a vitória de Wagner (PT) foi resultado: (i) do amadurecimento de uma aliança política que conectou o PT a quase totalidade da então oposição baiana. Formou-se, em torno do PT e do seu candidato, um campo político, do qual fazia parte o PMDB, que se converteu em real alternativa de poder; (ii) do decisivo apoio pessoal do presidente Lula na eleição e da perda, pelo *carlismo*, de suas posições no governo federal; (iii) do desgaste do grupo que se mantinha há dezesseis anos no poder, embora tal fato não signifique que o PT derrotou um adversário moribundo (CF Dantas Neto,2010).¹³

Diante deste cenário, cumpre tentar identificar a existência, no caso da Bahia do período estudado, de padrões regulares na distribuição dos votos nas eleições para a Câmara Federal e determinar em que medida estes padrões se associam ao posicionamento dos partidos com respeito aos governos nacional e estadual. Ressalte-se, entretanto, que essa é uma primeira aproximação com o material coletado pela pesquisa e, dessa forma, a análise ainda terá um caráter mais de apresentação dos dados do que conclusões definitivas. Também, este é um primeiro passo para arriscar uma hipótese, mas ainda não permite afirmar impactos, efeitos e muito menos causalidade.

Tabela 8: Bahia – Correlações para as votações dos principais partidos de situação e oposição (indicadores sócio-econômicos e demográficos selecionados), 1998-2006

	população	pop. rural (%)	IDH	pobreza (%)	PIB.adm (%)	distância
Quadrante I						
PFL 1998	-.109(*)	.222(**)	-.214(**)	.230(**)	.220(**)	-.061
PFL 2002	-.098(*)	.277(**)	-.157(**)	.155(**)	.160(**)	-.077
Quadrante II						
PT 2006	.096(*)	-.165(**)	.179(**)	-.200(**)	-.177(**)	-.091
Quadrante III						
PFL 2006	-.111(*)	.185(**)	-.171(**)	.215(**)	.227(**)	.005
Quadrante IV						
PT 1998	.250(**)	-.364(**)	.396(**)	-.410(**)	-.328(**)	-.244(**)
PT 2002	.236(**)	-.393(**)	.452(**)	-.473(**)	-.374(**)	-.352(**)

(*) p < 0.05
(**) p < 0.01

A tabela 8 traz valores estatisticamente significativos, mas muitos têm valor muito baixo. Os achados mais relevantes indicam que há uma correlação negativa entre a votação do PT nas eleições de 1998 e 2002 com a pobreza, bem como, com o IDH na eleição de 2002, o que significa que o desempenho eleitoral do partido foi maior onde as condições sócio-econômicas eram melhores. Da mesma forma, em relação a votação em municípios distantes da capital, ou seja, a votação foi menor nos municípios mais distantes, embora com grau de significância um pouco menor quando comparados com as variáveis pobreza e IDH. Para as eleições de 2006, percebe-se uma mudança gradual nos índices, sobretudo em relação a pobreza e IDH, mas principalmente na coluna que

¹³ Não é objetivo deste *paper* discutir a dinâmica e o funcionamento do grupo político denominado *carlismo*. A intenção é tão somente situar o debate e o contexto para entender suas repercussões na geografia do voto dos principais partidos que atuaram na cena política do período. Para uma análise mais consistente, sugiro Dantas Neto 2006, 2007 e 2010.

informa a votação em municípios distantes da capital. Tal quadro parece revelar a clássica situação de competição vertical, característica de situações nas quais o partido migra do quadrante IV para o quadrante II, isto é, quando o presidente apóia o partido oposicionista na arena estadual e o governador pertence a um partido de oposição ao presidente. Conforme o texto tratou, nesses casos, hipoteticamente, espera-se uma divisão do eleitorado governista, residente nas localidades mais pobres, entre os dois partidos. Assim, os padrões de votação devem ser menos claramente segmentados, conforme indicam os valores das votações do PT e do PFL nas eleições de 2006.

Tal situação parece confirmar a análise de Dantas Neto (2010) no que tange a explicação da vitória do PT na eleição de 2006. Para o autor, a construção de uma aliança política entre o PT e a oposição baiana, principalmente com o PMDB, partido difuso no interior da Bahia, propiciou ao PT acesso a novas áreas na geografia eleitoral, além de ter contribuído para a governabilidade através da conquista de expressivas bancadas legislativas, tendo à frente o então deputado Geddel Vieira Lima, futuro ministro do governo Lula.

Em relação à votação do PFL, percebe-se uma certa estabilidade em seus padrões de votação, como no caso do Rio Grande do Norte, _provavelmente também em outros estados do Nordeste nos quais a competição eleitoral acirrou-se nas últimas eleições_, situação que sugere uma perda progressiva e constante em seus redutos eleitorais quando comparadas as eleições de 1998 e 2002 com a eleição de 2006, na qual o partido era oposição ao governo federal. Aqui também, o trabalho de Dantas Neto (2010) oferece elementos interessantes para a análise. Para ele, “ (...) o PT foi o grande beneficiário da erosão dos recursos extra-eleitorais do carlismo principalmente após a vitória de Lula em 2002, fato que lhe permitiu avançar sobre áreas de alienação eleitoral e, em 2006, sobre os próprios redutos carlistas”. Depreende-se, então, que o dado mais significativo da tabela 8 é a mudança gradual dos padrões de votação do PT quando comparadas suas posições em relação ao governo estadual e, principalmente, ao governo federal. Esta tendência certamente se acentuou nas eleições de 2010, quando o PT tornou-se situação tanto no plano estadual quanto no federal, migrando do quadrante II para o quadrante I.

Tabela 9: Bahia: Índices de dominância, fragmentação e razão de dominância (PSB, PMDB e PFL), 1998-2006

	Partido / Ano	
	Quadrante I	PFL 2002
Dominância	49.70	58.80
Fragmentação	46.29	46.71
Dom. / Votação (%)	1.19	1.06
Quadrante II	PT 2006	
Dominância	24.91	
Fragmentação	17.87	
Dom. / Votação (%)	1.26	
Quadrante III	PFL 2006	
Dominância	43.66	
Fragmentação	65.51	
Dom. / Votação (%)	1.25	
Quadrante IV	PT 2002	PT 1998
Dominância	28.35	26.39
Fragmentação	7.10	4.73
Dom. / Votação (%)	1.47	1.90

A tabela 9 confirma os achados presentes na tabela 8 ao apresentar uma certa constância na votação do PFL com mudanças pouco salientes mesmo quando o partido passa a ser oposição ao governo estadual na eleição de 2006. Nas duas situações, tanto no quadrante I quanto no quadrante III, prevalece alta dominância com uma razão de dominância mais baixa, indicativo de padrões com votação dispersa em grande parte do distrito eleitoral, conforme já indicado acima. Destaca-se na tabela, o aumento do índice de fragmentação na eleição de 2006, o que significa que entre 1998 e 2006 acentuou-se a interiorização dos votos do partido ao mesmo tempo em que houve uma leve oscilação positiva em relação a razão de dominância, embora não significativa, sugerindo uma perda progressiva dos votos em todo o distrito, bem como um padrão de votação próximo do modelo fragmentado compartilhado. Esta última afirmação deve ser vista com cautela pois o índice de fragmentação da votação nos partidos oferece dificuldades para a interpretação por representar a votação dos diversos candidatos distribuídos no distrito.

Quanto ao PT, observa-se uma mudança acentuada no padrão de votação quando comparadas as situações nas quais o partido era oposição aos governos estadual e federal, conforme apresenta o quadrante IV, e a eleição em que figurava como aliado do governo federal, característica do quadrante II. A razão de dominância média cai de 1,68 com pico de 1,90 em 1998 característica de votações concentradas em grandes centros, para 1,26 em 2006, bastante próximo do índice do PFL no mesmo ano. Os números estão a indicar uma possível fragmentação e interiorização dos votos, sugerindo também uma mudança no padrão geográfico de votação com maior dispersão e menor concentração nos grandes centros urbanos.

Para finalizar, temos consciência sobre a necessidade de novos elementos para uma análise mais substantiva da situação da Bahia no que diz respeito aos padrões de votação dos principais partidos participantes do jogo político eleitoral desde 1998, sobretudo no que tange ao peso da votação na região metropolitana de Salvador e nos

maiores centros urbanos do interior do estado. Entretanto, o material apresentado sugere a confirmação dos argumentos presentes na literatura, principalmente no que diz respeito a importância da posição dos partidos em relação aos governos _estadual e federal_ e da repercussão dessa posição na definição de padrões geográficos de votação.

5.3 – O caso de Minas Gerais

Desde meados da década de 1980, a política mineira foi marcada pelo protagonismo de três partidos: PMDB, PSDB e PT. O PMDB governou o estado de Minas Gerais, de 1999 a 2003, e o PSDB, de 2003 até o momento atual. O PSDB governou Minas Gerais com Eduardo Azeredo, de 1995 a 1999, ao mesmo tempo em que na presidência da República estava FHC, do mesmo partido do governador mineiro. Em 1999, Itamar Franco foi eleito pelo PMDB a governador do estado, adotando uma postura de oposição ao governo federal do PSDB. Quando, em 2002, o candidato do PT, [Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito para a presidência da República, em Minas Gerais Aécio Neves foi eleito governador do estado. Desde então, o governo estadual e a presidência da República são ocupados por partidos adversários, respectivamente, do PSDB e do PT.

Para inserir uma outra variável fundamental para o entendimento da distribuição das forças políticas em Minas Gerais, é necessário considerar o desenvolvimento das disputas político-eleitorais em Belo Horizonte, capital do estado, e com expressão econômica, política e social no contexto dos cerca de 850 municípios do estado. Após um governo municipal do PMDB, em 1988 foi eleito como prefeito da capital Pimenta da Veiga, do PSDB, tendo sido substituído no meio do mandato pelo seu vice e futuro governador do estado Eduardo Azeredo. Desde 1993, no entanto, a cidade de Belo Horizonte vem sendo governada por um grupo político de centro-esquerda, no geral liderado pelo PT (em alguns momentos pelo PSB, mas em coligação com o PT) e composto por partidos como o PSB e PC do B. Consolida-se assim uma hegemonia desse grupo de centro-esquerda na política da capital do estado, que no entanto não logra expandir o seu domínio para o governo estadual, por sua vez dominado pelo PSDB desde o início dos anos 2000. Tal fato configura, desde então, uma divisão da política estadual entre PSDB e PT, apoiados por outros partidos que buscam disputar espaços especialmente na eleições proporcionais. O PT governa ou participa da coalizão governista da capital desde o início dos anos de 1990, ao passo que o PSDB governa o estado de Minas Gerais de 1995 a 1999 e posteriormente de 2003 até os dias atuais. Isso significa que ambos os partidos mantêm base de influência no executivo estadual e municipal com uma estabilidade notável. Também são os partidos que, no geral, nos últimos 10 anos elegem mais deputados federais e estaduais. Por outro lado, o PSDB governou o país por 8 anos, perdendo o governo federal para o PT em 2002, mantendo-se aí até hoje.

Tabela 10: Minas Gerais - Votação para deputado federal (PSDB, PT e PMDB), 1998-2006

	PSDB	PT	PMDB
1998	24.40	11.5	16.6
2002	14.80	22.8	11.9
2006	14.80	16.50	12.2

Dessa forma, a lógica das disputas políticas no estado é impactada por um contexto caracterizado por três vetores: o PSDB consolidou o domínio sobre o governo do estado de Minas nos últimos anos ; o governo de Belo Horizonte está, a cerca de 20 anos, nas mãos do PT e PSB; e o governo central, de 1994 a 2002, foi ocupado pelo PSDB e desde então sob o governo do PT. Assim, pode-se afirmar que, nas últimas duas décadas, a política mineira é caracterizada, em primeiro plano, pela disputa entre PSDB e PT, e que os demais partidos definem suas estratégias eleitorais segundo esse recorte entre os dois partidos. O PMDB, por exemplo, se alia a um ou outro partido, ou mesmo busca sem sucesso lançar candidatos próprios à prefeitura de Belo Horizonte em 2000 e 2008, dependendo das circunstâncias de cada momento (esse caráter instável do PMDB pode ser evidenciado considerando que o então governador Itamar Franco do PMDB apoia o candidato Aécio Neves do PSDB para sua sucessão e, ao mesmo tempo, apóia o candidato Lula para presidência da República). A disputa entre PT e PSDB se desenvolve em um contexto em que o o PSDB pode contar com os recursos de poder fornecidos pelo governo federal ou estadual, conforme o momento; e o PT, da mesma forma, poder acessar recursos de poder fornecidos pelo seu estável domínio do governo do município de Belo Horizonte e, a partir de 2003, pelo controle da presidência da República.

O mandato de Itamar Franco (1999 – 2003) no governo do estado teve características específicas que merecem ser apontadas. Deu, por exemplo, uma ênfase técnica ao seu governo, buscando a recomposição do setor público em bases burocráticas. No âmbito político, Itamar Franco se destacou pela realização de uma política centrada nos grandes temas. A composição política de seu governo, de feição centro-esquerdista, chegou a ter participação de PMDB, PT, PDT, PSB, Pcdob, PTB, PPB e PL, dentre outros partidos.

Itamar Franco se distanciou das características típicas da política tradicional, como as relacionadas com o clientelismo político. Extinguiu as subvenções sociais distribuídas por deputados e não negociou emendas parlamentares, abrindo mão de mecanismos que garantiam historicamente a dominação que o Executivo exerce sobre o Legislativo. Como resultado, foi, em décadas, o governador com o maior número de projetos rejeitados na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (apenas 71% de aprovação de suas propostas legislativas, contra, por exemplo, cerca de 95% de Eduardo Azeredo e de quase 100% de Hélio Garcia, governador de se caracterizou por aumentar os recursos para livre distribuição dos deputados para suas bases eleitorais. (<http://www.almg.gov.br/eventos/Legistica/pdf/O%20clientelismo%20no%20Poder%20Legislativo.pdf> – consultado em 14 de fev. 2011). O governador Itamar Franco evitou estabelecer relações com os parlamentares em bases clientelistas, através do fornecimento dos meios necessários para as ações paroquialistas que, se não são extintas, são significativamente limitadas em seu governo.

A tabela abaixo mostra as correlações para a votação dos três partidos que vêm polarizando a disputa ao Executivo estadual em Minas Gerais.

Tabela 11: Minas Gerais – Correlações para as votações dos principais partidos de situação e oposição (indicadores sócio-econômicos e demográficos selecionados), 1998-2006

	população	pop. rural (%)	IDH	pobreza (%)	PIB.adm (%)	distância
Quadrante I						
PSDB 1998	-0.011	0.021	0.047	0.020	-0.008	0.056
PMDB 2002	-0.076(*)	.112(**)	-.229(**)	.071(*)	.167(**)	.133(**)
Quadrante II						
PSDB 2006	-.123(**)	0.060	-0.002	0.016	.070(*)	-.188(**)
Quadrante III						
PT 2006	.167(**)	-.119(**)	0.000	0.030	-0.032	-0.010
PMDB 2006	-0.07	0.028	-.089(**)	0.028	0.061	0.031
PMDB 1998	-.125(**)	0.017	-.127(**)	-0.015	.136(**)	-0.065
PSDB 2002	-.118(**)	0.03	0.048	0.04	0.031	-.070(*)
Quadrante IV						
PT 1998	.198(**)	-.141(**)	.112(**)	-.071(*)	-.087(*)	-.126(**)
PT 2002	.341(**)	-.290(**)	.228(**)	-.112(**)	-.191(**)	-.286(**)

De forma semelhante ao observado no caso da Bahia, o PT apresenta um padrão claramente diferenciado com respeito aos demais partidos, obtendo melhor desempenho nos municípios mais populosos e desenvolvidos, e mais próximos à capital. Note-se, porém, que nas eleições de 2006, quando o partido passou à situação em nível federal, as correlações são mais fracas ou inexistentes para as variáveis IDH, pobreza, PIB da administração pública (%) e distância, o que indica uma maior interiorização do voto. De fato, enquanto em 1998 e 2002 a contribuição da região metropolitana de Belo Horizonte à votação do PT representava 40% do total, em 2006 este percentual já havia caído para 27%.

Já os padrões de votação do PSDB de Minas Gerais não parecem estar tão claramente associados às características sócio-econômicas dos municípios. As correlações para o ano de 1998, quando o PSDB se encontrava à frente do governo estadual e da presidência, são todas fracas e não apontam nenhum padrão definido. Uma possível explicação para este fato poderia estar na trajetória do partido no estado, uma vez que as suas bases eleitorais originais estavam fortemente concentradas na capital e região metropolitana¹⁴. No ano de 1994, a região metropolitana de Belo Horizonte contribuiu com o expressivo percentual de 36% da votação total do partido nas eleições para deputado federal. A análise descritiva da evolução dos padrões de votação do PSDB nas eleições subsequentes indica que o partido manteve, em alguma medida, a sua base metropolitana, ao mesmo tempo em que expandiu consideravelmente a sua penetração em municípios menos populosos e mais pobres, localizados na região norte do estado. É interessante notar que nos anos de 2002 e 2006 a votação do partido apresenta correlações negativas com as variáveis população e distância à capital, o que reforça esta análise.

Finalmente, o PMDB apresenta um padrão de votação mais interiorano, extraindo sua força eleitoral das localidades menos populosas e de menor desenvolvimento social e econômico. As correlações mais fortes são observadas para o ano de 2002 (quadrante I), quando o partido obteve melhor desempenho nos municípios mais distantes da capital, mais pobres e rurais, e com maior dependência frente ao gasto governamental.

¹⁴ Como já visto, antes de assumir o governo do estado, o PSDB governou a cidade de Belo Horizonte entre 1988 e 1992. O vice-prefeito, Eduardo Azeredo, que assumiu substituindo Pimenta da Veiga no meio do mandato, elegeu-se governador em 1994.

O desempenho do partido na região metropolitana de Belo Horizonte é consistentemente fraco, independente do seu posicionamento frente ao governo estadual, não ultrapassando 9% do total de votos (percentual obtido em 1998).

A tabela a seguir mostra os índices de dominância, fragmentação e razão de dominância para os mesmos anos e partidos.

Tabela 12: Minas Gerais - Índices de dominância, fragmentação e razão de dominância (PT, PSDB e PMDB), 1998-2006

	Partido / Ano			
	Quadrante I	PSDB 1998	PMDB 2002	
Dominância	37.44	29.49		
Fragmentação	33.57	91.91		
Dom. / Votação (%)	1.53	2.48		
Quadrante II	PSDB 2006			
Dominância	29.28			
Fragmentação	79.66			
Dom. / Votação (%)	1.98			
Quadrante III	PT 2006	PSDB 2002	PMDB 2006	PMDB 1998
Dominância	24.74	30.00	27.32	30.31
Fragmentação	28.85	56.80	82.50	56.48
Dom. / Votação (%)	1.50	2.03	2.24	1.83
Quadrante IV	PT 1998	PT 2002		
Dominância	21.72	31.04		
Fragmentação	16.96	14.96		
Dom. / Votação (%)	1.89	1.36		

Como se vê na tabela, os índices de fragmentação calculados para o estado de Minas Gerais são, em geral, bastante elevados em comparação aos valores obtidos para os demais estados, o que reflete fatores demográficos. O estado de Minas é o mais populoso e mais extenso dentre os três estados, possuindo também o maior número de municípios: 853 em comparação com apenas 168 no estado do Rio Grande do Norte.

Diferentemente do observado nos demais estados, os valores médios de dominância não parecem guardar uma relação clara com o posicionamento dos partidos na matriz situação-oposição. O PT apresenta, em média, valores mais baixos que o PMDB e o PSDB, como seria de se esperar, porém as diferenças não são especialmente significativas. Em 2002, os índices de dominância do PT e PMDB foram praticamente idênticos, o que reflete o excelente desempenho do primeiro partido nas urnas. É preciso notar, por outro lado, que uma ala do PT mineiro participou do governo estadual do PMDB no período 1999-2002 (governo Itamar Franco), não configurando, portanto, um caso “puro” de oposição aos governos estadual e federal.

Quando se observam os indicadores de fragmentação, já é possível notar diferenças mais marcadas entre os partidos. O PT apresenta os índices mais baixos em todos os anos. No entanto, note-se que a fragmentação cresce em 2006, quando o partido se torna situação em nível federal, reproduzindo a mesma tendência observada no caso da Bahia. O PMDB apresenta os padrões de votação mais fragmentados em

todos os anos, o que indica a capilaridade territorial dessa organização, bem como a sua força nos pequenos municípios. Em 2002, quando à frente do Executivo estadual, o PMDB teve a sua votação mais fragmentada. No entanto, diferentemente do esperado, a passagem do quadrante III ao quadrante I no período 1998-2002 não resultou em aumento da dominância média. O PSDB apresenta crescimento constante da fragmentação entre 1998 e 2006, o que reflete o já citado processo de interiorização do partido.

Em média, o PMDB apresenta os índices de razão de dominância mais elevados no período estudado, o que indica o maior peso dos pequenos municípios, de votação dominante, para o total global de votos do partido. A título de comparação, no ano de 2002, os 20 municípios de maior votação do PMDB contribuíram com 12.20% do total de votos, enquanto a contribuição dos 20 municípios onde o PSDB foi mais votado chegou a 6.5% no mesmo ano (em ambos os casos, a votação dos partidos foi superior a 60% neste subgrupo de 20 municípios).

Comparativamente aos demais estados analisados, o caso de Minas Gerais apresenta uma peculiaridade uma vez que dois dos maiores partidos nas disputas proporcionais e para governador – PSDB e PT – são também os partidos que polarizaram as disputas presidenciais no período. Em alguma medida, este fato nos levaria a esperar uma maior “nacionalização” das eleições ao legislativo federal no estado. Entretanto, com base nos dados aqui apresentados não é possível concluir nada a este respeito. No ano de 2006, quando se configurou o cenário clássico de competição vertical (o PT passou de IV para o III e o PSDB de I para II), não se verificou uma mudança significativa nos padrões de votação do PSDB. Em que pese o bom desempenho do partido nas eleições para presidente nos municípios mais populosos e desenvolvidos do estado (cf. Zucco, 2008), o partido não foi capaz de mobilizar o voto “oposicionista” nas eleições para deputado federal.

Conclusão

Os resultados de pesquisa apresentados neste artigo em caráter preliminar dão suporte parcial às nossas hipóteses relativas à mudança/continuidade dos padrões territoriais de votação dos partidos nas eleições proporcionais federais nos estados. Em todos os casos, processos de crescimento eleitoral dos partidos, interiorização do voto e mobilização do eleitorado governista nos municípios mais pobres aparecem associados à capacidade das organizações partidárias de obter acesso a cargos e recursos controlados pelos Executivos federal e estadual. Isto se aplica até mesmo a um partido de perfil mais programático e forte enraizamento social como o PT: nos casos da Bahia e de Minas Gerais, o partido experimentou rápida interiorização do voto entre 2002 e 2006, não obstante a manutenção da suas bases eleitorais metropolitanas.

Dentre os três casos, a Bahia apresenta o padrão mais claro de segmentação do voto entre um partido de eleitorado urbano e metropolitano (PT) e outro de votação interiorana e rural (PFL), o que reflete a longa trajetória de cada um destes partidos em posições polares com respeito aos governos estadual e federal (quadrantes I e IV da matriz situação e oposição). Portanto, o caso baiano reforça a nossa hipótese com respeito ao impacto da clivagem governo-oposição sobre a definição dos padrões de votação dos partidos. É útil neste sentido comparar os casos da Bahia e do Rio Grande do Norte, uma vez que, no segundo caso, a existência de dois partidos *catch-all* (PMDB e PFL) com acesso constante aos cargos e verbas do governo federal e que disputavam o mesmo eleitorado governista se refletiu em padrões territoriais de votação menos claramente demarcados.

Por outro lado, a análise dos casos indica outros fatores capazes de explicar a evolução dos padrões de votação dos partidos. Nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, dois partidos tipicamente situacionistas (PSDB no primeiro caso e PMDB no segundo) mostraram-se capazes de mobilizar o voto urbano e metropolitano em razão de sua trajetória pregressa à frente da prefeitura da capital¹⁵. No que diz respeito aos partidos de esquerda analisados neste trabalho (PT e PSB) observa-se um padrão razoavelmente similar em todos os casos – concentração dos votos nas regiões metropolitanas e municípios mais populosos, e menor dominância e fragmentação média em relação aos partidos de centro e direita – o que indica a importância do tipo de vínculo representativo e estratégias de campanha adotadas pelos deputados de esquerda na definição da geografia do voto, como lembrado por Carvalho (2003). Pode-se argumentar que, em certa medida, a reprodução deste padrão em três estados tão distintos reflete a exclusão dos partidos de esquerda do poder federal antes de 2002. É bem possível que fatores de organização interna, ideologia e estratégias de campanha, bem como a dinâmica eleitoral nacional e estadual tenham interagido no sentido de reforçar os mesmos padrões ao longo do tempo, ainda que não se possa saber com certeza qual o impacto relativo de cada um destes fatores. Raciocínio análogo pode ser aplicado aos dois partidos de tradição governista mais longeva (PFL e PMDB). Em todos os casos, com poucas exceções, estes partidos apresentam um padrão de votação caracterizado por altos índices de fragmentação e dominância, e por uma alta penetração eleitoral nos municípios mais pobres, menos urbanizados e mais distantes da capital. A passagem do PMDB e do PFL para o campo da oposição (estadual ou federal, ou ambos) nos últimos anos parece ter tido como principal resultado a perda de votos, muito mais do que uma mudança nos padrões de votação. Isto sugere certa estabilidade na geografia do voto que, mais uma vez, pode estar relacionada à trajetória histórica dos partidos, sua organização e acesso a redes políticas locais, e capacidade de deputados individuais de cultivar e manter determinadas “constituências”.

Feitas estas ressalvas, os achados deste trabalho parecem apontar para uma direção distinta com respeito às análises das eleições proporcionais que enfatizam a conexão eleitoral de políticas distributivas implementadas pelo Poder Legislativo, estabelecendo uma analogia – bastante problemática, diga-se de passagem – entre o sistema político brasileiro e o norte-americano (Ames, 2001). A força e a importância do Poder Executivo nas arenas eleitoral e decisória do presidencialismo brasileiro colocam em dúvida esta linha interpretativa, uma vez que a capacidade dos parlamentares de atender às demandas dos seus eleitores irá depender em boa medida de recursos controlados pelo presidente e pelos governadores. Neste sentido, ao desvendar a conexão entre a clivagem situação-oposição nos planos federal e estadual e os padrões de votação dos partidos, este artigo aponta para uma análise mais matizada, que leva em conta as especificidades institucionais do nosso presidencialismo.

¹⁵ No Rio Grande do Norte, o senador Garibaldi Alves foi prefeito de Natal (1988-1992) antes de ser eleito governador pela primeira vez em 1994. Em Minas Gerais, o governador Eduardo Azeredo do PSDB (1995-1999) havia sido vice-prefeito e depois prefeito de Belo Horizonte (após a saída de Pimenta da Veiga) no período 1988-1992.

Bibliografia:

- ABRUCIO, F. L. (1998). *Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- AMES, B. (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Michigan: The University of Michigan Press: Ann Harbor.
- ARRETCHE, M. (2007). "The Veto Power of Sub-national governments in Brazil: Political Institutions and parliamentary behaviour in the post-1988 period". *Brazilian Political Science Review*, 1: 40-73.
- BORGES, A. (2011). "The Swan Song of Political Bosses: Vertical competition in Brazilian federalism". *Latin American Research Review*, (forthcoming).
- CARVALHO, N. R. D. (2003). *E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- DANTAS NETO, Paulo. (2010) *Mudança Política na Bahia : circulação, competição ou pluralismo de elites*. CORTEZ, Hugo, SPINELLI, José Antonio. Nordeste 2006, os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais dos estados do nordeste. Natal, Editora UFRN.
- DANTAS NETO, Paulo. (2002) *Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista*. Disponível em www.apicucos.fundaj.gov.br/observanordets/obed003j.html
- DANTAS NETO, Paulo. (2006) "O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual". In SOUZA, Celina e DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs). *Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados brasileiros*. Ed Revan Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, A. C., and LIMONGI, F. (2002). "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária". *Dados*, 45: 303-344.
- FIGUEIREDO, A., and LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editorial FGV.
- LIMONGI, F. (1994). "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente". *BIB*, 37: 3-38.
- MAINWARING, S. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization : the case of Brazil*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- MIGUÉ, J. L. (1997). "Public Choice in a Federal System". *Public Choice*, 90: 230-254.
- MONTERO, A. P. (2009). *A Reversal of Political Fortune: The transitional dynamics of conservative rule in Brazil*. Paper presented at the 2009 Meeting of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brazil, 11-14 June.
- OLIVEIRA, Nelson (2000). *Sob o manto da discórdia: Bahia como contrafação do moderno*. In A outra face da moeda. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador/ Bahia.
- SAMUELS, D. (2000). "The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and congressional elections in Brazil". *Journal of Politics*, 62: 240-253.
- SAMUELS, D. (2003). *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOUZA, Celina. (1997). *Constitutional Engineering in Brazil*. London Macmillan.
- ZUCCO, C. (2008). "The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 presidential elections". *Journal of Latin American Studies*, 40: 29-49.

ZUCCO, C. (2010). *Poor Voters vs. Poor Places: Persisting patterns and recent changes in Brazilian electoral patterns*. Paper presented at the Seminar Metropolis and Inequalities, São Paulo, Brazil.

Anexo: Mapas eleitorais

Figura 1: R. G. do Norte - Mapa para a votação do PFL, Câmara Federal, 1998

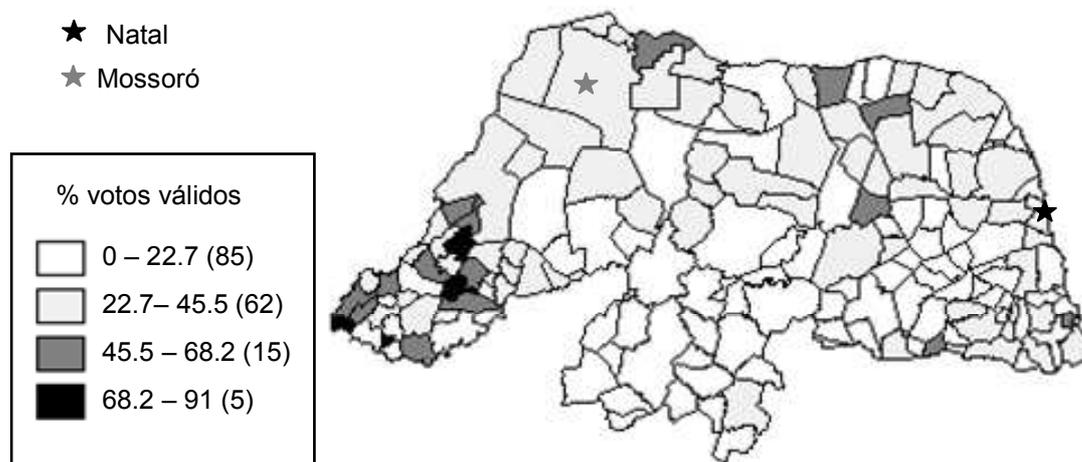


Figura 2: R. G. do Norte - Mapa para a votação do PFL, Câmara Federal, 2006

